



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CMMC)

Criada pela Resolução nº 4, de 2008-CN

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2019

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (MDB/PR)

RELATOR: Edilázio Júnior (PSD/MA)

Brasília

Dezembro de 2019

CD199363822801

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	3
2. Composição da Comissão	8
3. Plano de Trabalho	10
3. Audiências Públicas realizadas	21
3.1 Fundo Amazônia	21
3.2 Monitoramento dos desmatamentos e queimadas – mecanismos atuais e possibilidades de aperfeiçoamento	25
3.3 Atualização dos dados climáticos das regiões brasileiras.....	28
3.4 A regularização fundiária como instrumento para mitigar a tensão social no campo e incentivar a produção em bases sustentáveis	34
3.5 Instrumentos fiscais e creditícios para uso sustentável, conservação e recuperação de floresta e agropecuária sustentável.....	37
3.6 Mercados de Carbono: o Livro de Regras, a proposta brasileira para REDD+ e Mecanismos de Desenvolvimento Sustentável (MDS) e o Fundo Amazônia.....	42
3.7 Desafios e perspectivas de implementação das indicações da NDC sobre energia: biocombustíveis e matriz de energia elétrica.....	44
3.8 Novo Modelo de Desenvolvimento para a Amazônia.....	48
3.9 Audiência pública preparatória para a COP-25: propostas brasileiras para a regulamentação do Acordo de Paris e o papel do Parlamento	50
4. Participação dos Parlamentares brasileiros na COP-25, em Madri	54
5. Proposições em tramitação que alteram a Política Nacional de Mudanças do Clima (Lei nº 12.187/2009).....	61
Anexo – Indicação ao Poder Judiciário	63

1. Apresentação

As atividades da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) centraram-se nos principais compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris para o enfrentamento dos cenários previstos de alterações climáticas, como foco no desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. Em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, sigla em inglês), o País assumiu uma meta absoluta de mitigação, para reduzir em 43% as emissões de gases de efeito estufa (GEE) até o ano de 2030 e, de forma escalonada, reduzir essas emissões em até 37% até 2025, com base nas emissões do ano de 2005.

De acordo com o Plano de Trabalho aprovado, a Comissão realizou nove audiências públicas com o objetivo de compor o presente Relatório e para subsidiar a atuação de seus parlamentares durante a 25ª Conferência das Partes (COP-25) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Convenção-Quadro), realizada em Madri, Espanha.

Cabe destacar a pluralidade dos debates realizados, dos quais participaram Parlamentares, representantes do governo, professores universitários e outros especialistas, representantes dos setores produtivos e representantes da sociedade civil.

De modo geral, o foco dos trabalhos foi debater os desafios na conciliação dos compromissos assumidos pelo País em sua Política Nacional de Mudança Climática e nos Acordos do Clima, com o desenvolvimento sustentável, em especial da região Amazônica.

As discussões envolveram o diagnóstico de desafios e a proposta de soluções para questões de monitoramento e combate de queimadas e desmatamento, regularização fundiária como instrumento para mitigar a tensão social no campo e incentivar a produção em bases sustentáveis, Fundo Amazônia, bioeconomia e mercados de carbono.

Durante os debates sobre o Fundo Amazônia, foi evidenciada a importância do instrumento de financiamento para a região Amazônica, com investimento de mais de U\$ 1,8 bilhão em cerca de dez anos. Além da evidente necessidade de retomada do pleno funcionamento do Fundo, foi recomendado, durante os debates sobre melhorias no mecanismo de financiamento, que seja priorizado o repasse de recursos para projetos e ações provenientes dos Governos Estaduais, objetivando o fortalecimento das estruturas locais de fiscalização e das ações de conservação ambiental. Conforme dados apresentados nas audiências públicas, os projetos dos Governos Estaduais receberam menos de um terço dos valores investidos até o momento. Também foi sugerida a possibilidade de transferência da gestão dos recursos para o Banco da Amazônia, principal instituição financeira federal de fomento com a missão de promover o desenvolvimento da região amazônica.

Outro tema de destaque nos debates da Comissão foi o monitoramento de desmatamentos e queimadas na região Amazônica. Na oportunidade foram apresentados os desafios da atividade de comando e controle e as possibilidades de aperfeiçoamento dos mecanismos atuais.

Conforme dados apresentados, a maior parte dos incêndios na Floresta Amazônica tem origem no desmatamento ilegal e ocorre em áreas públicas ou devolutas. Tal informação evidencia a importância da regularização fundiária na região, a fim de facilitar a fiscalização e a responsabilização criminal dos infratores. Como alternativa para reduzir o uso do fogo como ferramenta de manejo das pastagens, e a ocorrência de incêndios acidentais, sugeriu-se a criação de linhas de crédito específicas para que os pequenos produtores locais tenham acesso a tecnologias de produção ambientalmente adequadas.

Como proposta de aprimoramento ao combate ao desmatamento, também foi encaminhada, pelo relator da Comissão, sugestão ao Poder Judiciário de realização de mutirão para julgamento das ações civis públicas instauradas contra os responsáveis por desmatamentos ilegais nos biomas brasileiros.

A Comissão também promoveu amplo debate sobre a importância da regularização fundiária no enfrentamento dos problemas ambientais da Amazônia. Atualmente, cerca de 30% das terras na Amazônia Legal são devolutas, tornando-se cenários de atos ilegais como ocupações, desmatamento e garimpo. As discussões realizadas destacaram a regularização fundiária como instrumento fundamental para evitar as tensões sociais e ambientais advindas da posse irregular da terra, e, paralelamente, induzir a produção e o consumo em bases sustentáveis.

Os debates sobre instrumentos fiscais e creditícios para o uso sustentável, recuperação da floresta e agropecuária sustentável demonstraram não apenas o potencial da oportunidade de crescimento da produção sustentável, como também a necessidade de atuação do governo brasileiro no fomento e regulamentação de tais instrumentos. Além dos programas já estabelecidos, como o RenovaBio e o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), mostra-se essencial o avanço na implantação do Pagamento por Serviços Ambientais, atualmente em discussão no Senado Federal (PL 5028/2019).

Debateu-se, ainda, o Programa RenovaBio, cujos objetivos incluem contribuir para o cumprimento das metas do Acordo de Paris por meio da expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ênfase na regularidade e na previsibilidade do abastecimento desses combustíveis. De fato, para que se atinja a meta brasileira, a NDC prevê o aumento da participação de bioenergia sustentável na matriz energética brasileira para aproximadamente 18% até 2030, aumentando a parcela de biocombustíveis avançados (segunda geração) e o uso de biodiesel.

Durante a COP-25, os Parlamentares da Comissão participaram de rodas de debates e de plenárias com parlamentares do Brasil e de todo o mundo, com técnicos ambientalistas e com defensores do agronegócio, sobre a situação climática do planeta e relativas ao cumprimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Deputado Edilázio Júnior, Relator

Senador Zequinha Marinho, Presidente

Nota do Presidente

No que se refere ao tema regularização fundiária e, transversalmente, desmatamentos e queimadas, é importante ressaltar que a Amazônia possui 450 mil famílias assentadas pelo INCRA e cerca de 60 mil famílias em áreas aguardando a homologação de assentamentos, também pelo INCRA. Essas 510 mil famílias ocupam áreas de terra sem documento e praticam agricultura utilizando ferramentas rudimentares e o sistema de roças itinerantes, onde o fogo é um aliado histórico na limpeza de área para plantio. Diante dessa constatação, fica clara e evidente a necessidade de regularização fundiária (documentar a terra) e substituir o uso do fogo e do sistema itinerante de roças pela tecnologia do trator para o sustentável manejo do solo. Sem isso, é impossível erradicar o fogo como instrumento de limpeza do solo para plantio na agricultura familiar.

Para resolver esse impasse, o governo precisa demonstrar na prática que deseja implementar uma política ambiental de verdade, retirando a carga tributária de máquinas e implementos agrícolas, dos insumos e reduzindo significativamente as taxas de juros bancários, num programa de Governo que possa contemplar uma nova forma de se fazer Agricultura Familiar Sustentável na Amazônia Legal.

Senador Zequinha Marinho, Presidente

CD199363822801

2. Composição da Comissão

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (MDB/PR)

RELATOR: Edilázio Júnior (PSD/MA)

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Gomes (MDB)	1. Marcio Bittar (MDB)
Confúcio Moura (MDB)	2. Eduardo Braga (MDB)
Luis Carlos Heinze (PP)	3. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha (PSDB)	1. Tasso Jereissati (PSDB)
Rose de Freitas	2. Styvenson Valentim (PODEMOS)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Fabiano Contarato (REDE)	1. Randolfe Rodrigues (REDE)
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	2. Eliziane Gama (CIDADANIA)
PSD	
Sérgio Petecão (PSD)	1. Otto Alencar (PSD)
Lucas Barreto (PSD)	2. Angelo Coronel (PSD)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jaques Wagner (PT)	1. Telmário Mota (PROS)
Paulo Rocha (PT)	2. Zenaide Maia (PROS)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Zequinha Marinho (PSC)	1. Chico Rodrigues (DEM)

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Pablo (PSL)	1. Delegado Waldir (PSL)
Átila Lins (PP)	2. Claudio Cajado (PP)
Edilázio Júnior (PSD)	3. Sidney Leite (PSD)
Sergio Souza (MDB)	4. VAGO
Zé Vitor (PL)	5. Raimundo Costa (PL)
Aroldo Martins (REPUBLICANOS)	6. Carlos Gomes (REPUBLICANOS)
Luiz Carlos (PSDB)	7. Alan Rick (DEM)
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Leônidas Cristino (PDT)	1. Acácio Favacho (PROS)
Roberto de Lucena (PODEMOS)	2. Léo Moraes (PODEMOS)
PT	
José Airton Félix Cirilo (PT)	1. Nilto Tatto (PT)
PSB	
Camilo Capiberibe (PSB)	1. Lídice da Mata (PSB)
PSOL	
Talíria Petrone (PSOL)	1. Edmilson Rodrigues (PSOL)

3. Plano de Trabalho

Desde 2007, o Congresso Nacional intensificou o acompanhamento e o debate das questões que se referem aos cenários de mudanças climáticas, divulgados pelos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), da Organização das Nações Unidas. Inicialmente, foi instituída a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. Posteriormente, foi criada a presente Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), por meio da Resolução nº 4, do Congresso Nacional, de 30 de dezembro de 2008.

O 5º Relatório apresentado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) reafirma que o aquecimento do sistema climático é inequívoco e, desde os anos 1950, muitas das mudanças observadas não têm precedentes em décadas ou milênios. A atmosfera e o oceano se aqueceram, a quantidade de gelo e neve diminuiu, o nível do mar elevou-se e as concentrações de gases de efeito estufa aumentaram.

Ainda conforme dados do IPCC, as emissões continuadas de gases de efeito estufa causarão mais aquecimento e alterações em todos os componentes do sistema climático, aumentando a probabilidade de impactos severos, invasivos e irreversíveis para as pessoas e os ecossistemas. O aquecimento global também contribui para a perda da biodiversidade, acelerando a taxa de extinção de espécies.

A mudança do clima é, portanto, um dos maiores desafios contemporâneos à humanidade e a seu modo de vida. Devido ao longo tempo de vida na atmosfera de alguns gases de efeito estufa, como o CO₂, as ações tomadas nas próximas décadas podem ter impacto no sistema climático por vários séculos. Os esforços hoje dispendidos em reduzir emissões e aumentar a resiliência dos ecossistemas e comunidades determinarão quais espécies e modos de vida serão preservados e quais deixarão de existir.

O Brasil tem se destacado como uma liderança mundial no enfrentamento da mudança do clima. Mesmo quando não havia uma obrigação jurídica internacional de reduzir emissões, o País assumiu, por meio da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009), o compromisso voluntário de implementar ações com vista a reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

A assinatura do Acordo de Paris marcou o encerramento de um processo negociador iniciado na COP-17 (Durban, 2011), no qual o Brasil manteve protagonismo e para cujo êxito contribuiu de maneira inequívoca. Diversas propostas brasileiras estão refletidas no texto do Acordo, tais como o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável e as principais linhas de diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Nesse sentido, o Acordo inclui entre seus objetivos centrais: a) a manutenção do aumento da temperatura média global obrigatoriamente abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e, desejavelmente, dentro do limite de 1,5°C; b) o aumento da capacidade de adaptação e resiliência aos impactos negativos da mudança climática; e c) o desenvolvimento de uma economia de baixa emissão de gases do efeito estufa, incluindo o direcionamento dos fluxos financeiros nesse sentido, mas sem prejudicar a produção de alimentos.

Neste ano, novos desafios se apresentam para esta Comissão: o principal deles é a retomada do crescimento econômico em nosso País, de maneira sustentável, com emissões de carbono em patamares iguais ou inferiores àqueles previstos na Política Nacional de Mudança do Clima e na Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Acordo de Paris.

Assim, este Plano de Trabalho prevê a realização das seguintes ações:

1. Audiências públicas em Brasília;
2. Visita externa às áreas críticas da floresta Amazônica afetadas por queimadas;
3. Reunião com Parlamento Amazônico;

4. Participação na Cúpula da Ação Climática, em Nova York;
5. Participação na COP 25, no Chile;
6. Participação da sociedade nos debates promovidos pela Comissão por meio do portal E-Democracia.

1. Audiências públicas em Brasília

1.1) Fundo Amazônia

Sugestão de convidados:

- Representante do BNDES;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- João Paulo Capobianco, do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

1.2) Monitoramento dos desmatamentos e queimadas – mecanismos atuais e possibilidades de aperfeiçoamento.

Sugestão de convidados:

- Diretor de Fiscalização e Controle do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);
- Representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam);
- Tasso Azevedo, Coordenador-Geral do MAPBiomass;
- Representante do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon);

CD199363822801

- Representante da Associação Nacional dos servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente.

4.3) **Atualização dos dados climáticos das regiões brasileiras**

Sugestão de convidados:

- Carlos Edson C. Gomes, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET);
- Luiz Carlos B. Molion – professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas.
- Alexandre Araújo Costa, pesquisador da Universidade Estadual do Ceará;
- Prof. Humberto Barbosa, Pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e coautor do Relatório sobre Mudanças Climáticas e Uso de Terra, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas;
- Representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

1.4) **Monitoramento do alcance das metas da Política Nacional de Mudança do Clima e da NDC brasileira no Acordo de Paris – Quarta Comunicação Nacional à UNFCCC.**

Sugestão de convidados:

- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- Osvaldo Lucon, Coordenador-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC);
- Representante do Observatório do Clima (OC);
- Emílio LaRovere, Coordenador dos Estudos IES-Brasil 2030 e IES-Brasil 2050.

CD199363822801

1.5) Novo Modelo de Desenvolvimento para a Amazônia.

Sugestão de convidados:

- Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Representante da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam);
- Dr. Francisco Assis da Costa, pesquisador do Núcleo de Altos estudos da Universidade Federal do Pará;
- Marcio Santilli, do Instituto Socioambiental (ISA);
- Representante da Confederação Nacional da Indústria;
- Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon);
- Professor Ricardo Abramovay, do Departamento de Economia da FEA;
- Carlos Nobre, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP;
- Fábio Calderaro, gestor do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

1.6) Experiências bem-sucedidas do Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM).

Sugestão de convidados (ex-coordenadores do PPCDAM):

- André Lima, Diretor do Departamento de Articulação de Ações na Amazônia;
- Mauro Pires, Diretor do departamento de Extrativismo;
- Francisco Oliveira, Diretor de Políticas para o Combate ao Desmatamento;
- Jair Schmidt, Diretor ex-diretor do Departamento de Florestas e de Combate ao desmatamento.

1.7) Mercados de Carbono: o Livro de Regras, a proposta brasileira para REDD+ e Mecanismos de Desenvolvimento Sustentável (MDS) e o Fundo Amazônia.

Sugestão de convidados:

- Ana Luiza Champloni, Coordenadora geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Marco Antonio Fujihara, Diretor da Key Associados;
- Representante do Parlamento Amazônico;
- Marina Grossi, Diretora do Conselho Empresarial Brasileiro para o desenvolvimento Sustentável (CEBDS);
- Pedro de Moura Costa, Instituto BV Rio.

1.8) Instrumentos fiscais e creditícios para uso sustentável, conservação e recuperação de floresta e agropecuária sustentável.

Sugestão de convidados:

- Representante do Ministério da Agricultura;
- Representante da Coalizão Clima, Floresta e Agricultura;
- Representante do Centro de Cidadania Fiscal;
- Representante do BNDES Finem Meio Ambiente;
- Cristóvão Albuquerque, autor do estudo “Investimentos de Impacto na Amazônia”, da SITAWI Finanças Sustentáveis.

1.9) Agropecuária de Baixo Carbono: desafios e perspectivas de implementação.

Sugestão de convidados:

- Alexandre Bernedt, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);

CD199363822801

- Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Representante do Observatório ABC;
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- FAEPA/Instituto Alerta Pará;
- Representante da Via Campesina.

1.10) A regularização fundiária como instrumento para mitigar a tensão social no campo e incentivar a produção em bases sustentáveis.

Sugestão de convidados:

- Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho;
- Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima;
- Governador do Estado do Mato Grosso, Mauro Mendes;
- Nabhan Garcia, da Secretaria Nacional de Regularização Fundiária;
- Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Procuradora Ana Carolina Haliuc Bragança, coordenadora da força-tarefa Amazônia Protege no Ministério Público Federal;
- Evaristo Eduardo de Miranda, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

CD199363822801

1.11) Desafios e perspectivas de implementação das indicações da NDC sobre energia: biocombustíveis e matriz de energia elétrica.

Sugestão de convidados:

- Representante do Ministério das Minas e Energia;
- Representante da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica);
- Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR);
- Evandro Gussi, Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica);
- Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens;
- Representante da Anfavea;
- Sr. Roberto Kishinami, do Instituto Clima e Sociedade.

1.12) Audiência pública preparatória para a COP-25: propostas brasileiras para a regulamentação do Acordo de Paris e o papel do Parlamento.

Sugestão de convidados:

- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Observatório do Clima;
- Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Embaixador do Chile no Brasil;
- Embaixador da Polônia no Brasil;
- Sarney Filho, ex-Ministro do Meio Ambiente e Deputado Federal;

CD199363822801

- Representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS).

CD199363822801

4. **Visita externa à Floresta Amazônica**

Visita de representantes da CMMC à floresta amazônica para avaliar áreas críticas afetadas por queimadas, iniciativas promissoras de produção sustentável, comunidades tradicionais e terras indígenas.

4. **Reunião com Parlamento Amazônico**

Reunião de representantes da CMMC com membros do Parlamento Amazônico, para tratar sobre políticas de desenvolvimento regional e combate às mudanças do clima.

4. **Participação na Cúpula de Ação Climática, em Nova York**

Participação de representantes da CMMC na Cúpula do clima, a ser realizada pela Organização das Nações Unidas, de 21 a 23 de setembro, em Nova York.

A Cúpula tem por objetivo reunir líderes mundiais de governos, o setor privado e a sociedade civil para apoiar o processo multilateral e para aumentar e acelerar a ação climática.

4. **Participação do Parlamento Brasileiro na COP 25, Chile**

Reunião dos Deputados e Senadores presentes na COP 25 com parlamentares estrangeiros e membros das delegações.

6. **Debates no E-Democracia**

Participação da sociedade nos debates promovidos pela Comissão por meio do portal E-Democracia.

Sala das Comissões, em de setembro de 2019.

Deputado Edilázio Júnior

Relator

3. Audiências Públicas realizadas

3.1 Fundo Amazônia

Local: Senado Federal, Brasília

Data: 18 de setembro 2019

Convidado:

- **Sr. João Paulo Capobianco**, Vice-Presidente do Conselho Diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade¹

O Sr. **João Paulo Capobianco** iniciou sua apresentação com uma breve explanação sobre o contexto e as negociações que antecederam a criação do Fundo Amazônia, em 2008.

Destacou que o modelo do fundo protege a soberania nacional, pois compõe-se de contribuições internacionais voluntárias que consideram os resultados de redução de desmatamento já realizados, sem obrigações ou vinculações futuras. O Fundo também respeita o controle climático internacional pois não gera qualquer tipo de crédito de emissão para os países doadores.

Ao tratar sobre a importância dos recursos do Fundo Amazônia, traçou um comparativo com o montante de investimentos realizados na região pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), criado pela Lei nº 7.797, de 1989.

¹ Apresentação completa disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=16849>

Desde sua criação, o FNMA investiu cerca de R\$ 60 milhões de reais em áreas críticas e prioritárias para conservação na Amazônia (Fig. 3.1.1).

FNMA 1990 a 2018 (28 anos)

Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei 7.797 de julho de 1989

UF	N. projetos	Recursos FNMA	Contrapartida	Total
AC	51	8.603.883,74	2.704.459,89	11.308.343,63
AM	36	6.649.739,19	2.926.801,39	9.576.540,58
AP	5	1.093.275,00	276.317,00	1.369.592,00
MA	19	3.995.461,36	1.285.801,52	5.281.262,87
MT	59	11.680.944,44	2.912.740,85	14.593.685,29
PA	103	18.397.687,18	8.161.780,45	26.559.467,63
RO	23	3.153.437,18	1.242.412,25	4.395.849,44
RR	5	165.393,93	102.785,00	268.178,93
TO	21	5.802.796,22	1.553.469,66	7.356.265,88
Total	322	59.542.618,24	21.166.568,01	80.709.186,25
% sobre total FNMA	22,04	21,39	21,66	21,45

Fig. 3.1.1 Investimentos do Fundo Nacional do Meio Ambiente na Amazônia (1990-2018)

Por sua vez, em apenas dez anos, o Fundo Amazônia propiciou o aporte de mais de U\$ 1,8 bilhão de dólares, sem qualquer contrapartida por parte da União, Estados ou Municípios. Desse total, U\$ 521 milhões foram destinados à projetos da União Federal, U\$ 577 milhões aos Estados, U\$ 14 milhões aos Municípios, U\$ 16 milhões a Universidades Federais e cerca de U\$ 700 milhões a projetos do terceiro setor (Fig. 3.1.2).

CD199363822801

FNMA 1990 a 2018 (28 anos)

Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei 7.797 de julho de 1989

UF	N. projetos	Recursos FNMA	Contrapartida	Total
AC	51	8.603.883,74	2.704.459,89	11.308.343,63
AM	36	6.649.739,19	2.926.801,39	9.576.540,58
AP	5	1.093.275,00	276.317,00	1.369.592,00
MA	19	3.995.461,36	1.285.801,52	5.281.262,87
MT	59	11.680.944,44	2.912.740,85	14.593.685,29
PA	103	18.397.687,18	8.161.780,45	26.559.467,63
RO	23	3.153.437,18	1.242.412,25	4.395.849,44
RR	5	165.393,93	102.785,00	268.178,93
TO	21	5.802.796,22	1.553.469,66	7.356.265,88
Total	322	59.542.618,24	21.166.568,01	80.709.186,25
% sobre total FNMA	22,04	21,39	21,66	21,45

Fig. 3.1.1 Investimentos do Fundo Nacional do Meio Ambiente na Amazônia (1990-2018)

O palestrante destacou que os projetos classificados como “terceiro setor” incluem, por exemplo, recursos geridos pela Fundação Banco do Brasil, que são repassados para projetos de comunidades tradicionais e unidades de conservação federais (via Funbio/Instituto Chico Mendes). No terceiro setor existem também mais de U\$ 100 milhões destinados a projetos de implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos Estados da Amazônia.

A respeito da tentativa de alteração de regras de modo unilateral pelo Ministro do Meio Ambiente, que resultou na paralisação do Fundo Amazônia e suspensão de novos repasses, o **Sr. João Paulo Capobianco** manifestou opinião incisiva. Considera que a paralisação configuraria *“crime de lesa-pátria porque desrespeita todo o processo de negociação feito anteriormente; desrespeita os doadores de boa-fé, que colocaram recursos acreditando no que o Brasil disse; desrespeita a Amazônia, porque retira recursos de uma região que precisa de recursos; e gera uma instabilidade no sistema.”*

Sobre a sugestão de alteração da gestão do Fundo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Banco da

Amazônia, esclareceu que, há época da criação do Fundo Amazônia, apenas o BNDES possuía as certificações internacionais necessárias. Caso o Banco da Amazônia possua atualmente tais certificações, entende que este ponto poderia ser discutido.

Sugeriu, ainda, a criação de um painel de especialistas para avaliar os projetos, os relatórios e as prioridades do Fundo Amazônia.

O convidado destacou, ainda, a importância da divulgação periódica dos dados de desmatamento, e fez um apelo para que as Casas Legislativas atuem para a manutenção dessa divulgação, bem como para a solução de conflitos e retomada do pleno funcionamento do Fundo Amazônia.

3.2 Monitoramento dos desmatamentos e queimadas – mecanismos atuais e possibilidades de aperfeiçoamento

Local: Senado Federal, Brasília

Data: 25 de abril de 2019

Convidados:

- **Olivaldi Alves Borges Azevedo**, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
- **Darcton Policarpo Damião**, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
- **Paulo Moutinho**, Pesquisador Sênior do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
- **Alexandre Gontijo Bahia**, Representante da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente

O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** esclareceu que assumiu a Diretoria de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) neste ano e manteve todo o planejamento de ações realizado no ano anterior.

Explicou que a equipe de fiscalização e controle do desmatamento utiliza o sistema Deter de monitoramento via satélite, que é uma ferramenta de levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia, feito pelo INPE. A partir dos dados recebidos, a equipe realiza a

fiscalização in loco, com apoio da Polícia ou Força Nacional. Também é feita a fiscalização remota, com a aplicação e encaminhamento de multas via correios para os autuados.

O Sr. **Paulo Moutinho** iniciou sua apresentação tratando sobre a importância, não apenas da divulgação dos dados de desmatamento, mas também da avaliação aprofundada desses dados e de seu significado para o planejamento de ações e políticas públicas para enfrentamento da questão.

O pesquisador apresentou dados sobre o desmatamento e o fogo na Amazônia. Esclareceu que o fogo é um elemento comum na paisagem rural brasileira. Usado para limpar áreas recém-desmatadas e outros tipos de terreno, como pasto, frequentemente escapa ao controle, causando queimadas. Na Amazônia, a incidência do fogo está diretamente relacionada à ação humana e as chamas costumam seguir o rastro do desmatamento: quanto mais derrubada, maior o número de focos de calor.

Destacou ainda que, nas últimas duas décadas, as secas extremas na Amazônia têm se tornado mais frequentes. Associadas ao aumento do desmatamento, elas podem levar a incêndios florestais de grandes proporções, com consequências negativas para a população, entre elas o aumento de incidência de doenças respiratórias, a ameaça a plantios e infraestrutura e a redução na resiliência da floresta, que fica mais suscetível. As perdas econômicas resultantes dos incêndios florestais também podem chegar a valores bastante relevantes.

Esclareceu também que o aumento de incêndios deste ano não está relacionado a períodos de seca mais intensos ou a fenômenos climáticos, como o El Niño. Entretanto, a própria retirada da floresta diminui a quantidade de umidade disponível na região, aumentando a probabilidade de queimadas e incêndios florestais. A alteração do regime de chuvas também prejudica imensamente o setor agrícola, com perdas econômicas e de produção.

O convidado argumentou que a sociedade brasileira já sabe como fazer o controle do fogo e do desmatamento, o que foi demonstrado pela redução expressiva entre os anos de 2005 e 2012. Além disso, não haveria necessidade de novos desmatamentos para produção agrícola, pois existem cerca de 15 a 20 milhões de hectares já desmatados e abandonados ou subutilizados, que poderiam ser utilizados para expansão do setor. Finalmente, dada a sua relevância para a manutenção do regime de chuvas, a manutenção da floresta em pé é essencial para o futuro do agronegócio brasileiro.

O Sr. **Alexandre Gontijo Bahia** tratou sobre a importância da Amazônia como provedora de serviços ecossistêmicos. Em sua argumentação, citou estudos científicos que demonstram que a Amazônia funcionaria como uma grande usina de bombeamento hídrico, regional e mundial. É uma espécie de coração planetário, que bombeia água para outras regiões do planeta, em especial a América do Sul inteira. A produção agrícola brasileira depende da floresta. Ela produz água para todo o país sem nenhum custo.

O convidado defendeu a plena capacidade do governo brasileiro e dos órgãos ambientais em atuarem no combate e controle ao desmatamento, mas pontuou sobre as dificuldades enfrentadas pelos órgãos ambientais, incluindo defasagem de pessoal e recursos financeiros.

Defendeu, finalmente a necessidade de que o crime ambiental seja tratado com o rigor necessário, com reconhecimento da gravidade do problema e vontade política para o combate da prática.

O Sr. **Darcton Policarpo Damião**, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), fez breve explanação sobre a atuação do Instituto no monitoramento do desmatamento por satélites, na realização de previsões numéricas de tempo e clima que servem de subsídio para atuação dos órgãos ambientais e para o desenvolvimento de políticas públicas.

Explicou que o sistema PRODES do INPE fornece uma série histórica anual e ininterrupta do corte raso (áreas totalmente desmatadas) na Amazônia desde 1988, permitindo análises comparativas. Além disso, o INPE mantém desde 2004 o DETER, um sistema de apoio à fiscalização que produz diariamente alertas sobre corte raso e também de áreas em processo de degradação florestal (exploração de madeira, mineração, queimadas e outras). Esses alertas são enviados automaticamente ao Ibama, para o planejamento das ações de fiscalização, e as informações ficam disponíveis na internet para toda a sociedade.

Reforçou, finalmente, o comprometimento do INPE no aprimoramento constante das tecnologias e ferramentas de monitoramento de desmatamento.

3.3 Atualização dos dados climáticos das regiões brasileiras

Local: Senado Federal, Brasília

Data: 2 de outubro de 2019

Convidados:

- **Carlos Edison Carvalho Gomes**, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)
- **Darcton Policarpo Damião**, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

O Sr. **Carlos Edison Carvalho Gomes**, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia, apresentou dados consolidados sobre a variação da temperatura e da chuva nas regiões brasileiras, referentes ao período de 1961 a 2018.

Os dados apresentados foram consolidados na Tabela 3.3.1, para facilitar a visualização:

Tabela 3.3.1 Variação de Temperatura e Precipitação (1961-2018)

Região	Temperatura		Precipitação	
	Taxa anual (°C/ano)	Variação Total (°C)	Taxa anual (mm/ano)	Variação Total (mm)
Norte	0,025	1,41	0,5	28,5
Nordeste	0,02	1,16	-3,3	-188
Centro-Oeste	0,027	1,53	0,6	34
Sudeste	0,02	1,15	-1,9	-108
Sul	0,017	0,98	4,1	234

A análise de dados de temperatura revelou uma tendência significativa de aumento da temperatura média em todas as regiões do Brasil, no período considerado (Fig.3.3.1).

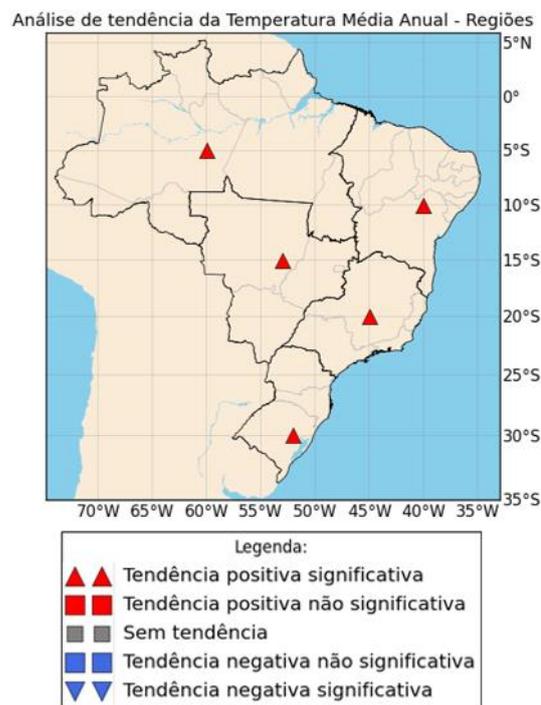
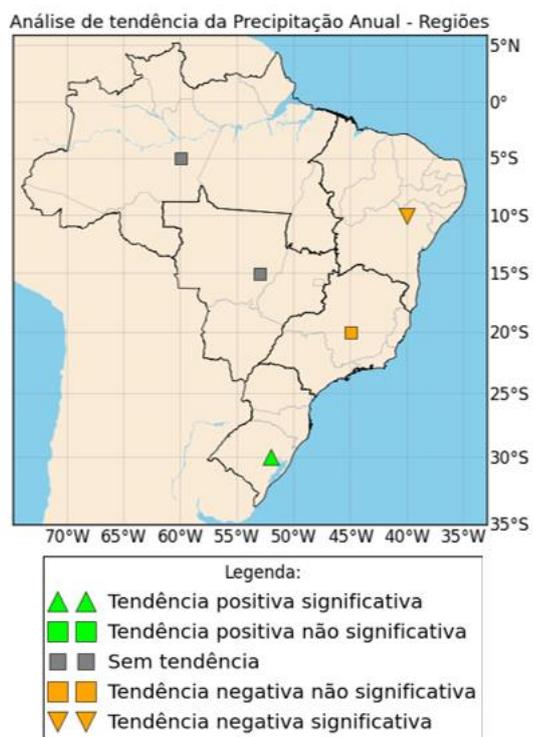


Fig. 3.3.1 Análise de tendência da temperatura média (1961-2018)



CD199363822801

Fig. 3.3.2 Análise de tendência da precipitação anual (1961-2018)

Por sua vez, a análise dos dados de variação na precipitação anual revelou uma tendência significativa de redução da precipitação na região nordeste e de aumento da precipitação na região sul. Durante o período considerado, não foram comprovadas variações significativas na precipitação anual das demais regiões brasileiras (Fig. 3.3.2).

O palestrante também destacou que os dados são coerentes com os levantamentos em nível global realizados pela Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (Noaa, na sigla em inglês) dos Estados Unidos.

O Sr. **Darcton Policarpo Damião**, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), iniciou sua apresentação esclarecendo conceitos simples sobre a distinção entre tempo e clima, e como os diversos sistemas interagem no Sistema Terrestre. Explicou também que mudanças nos oceanos na escala do clima podem afetar as correntes marinhas por meio de mudanças nos regimes de ventos e na salinidade e temperatura da água.

Sobre a estruturação do Instituto, destacou que o INPE possui dois centros de pesquisa de tempo e clima: o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) e o Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST).

Explicou como mudanças nos oceanos na escala do clima podem afetar as correntes marinhas por meio de mudanças nos regimes de ventos e na salinidade e temperatura da água. O INPE atua em parceria com a Marinha do Brasil no estudo desse fenômeno, por meio dos programas PIRATA (*Prediction and Research Morred Array in the Atlantic*, na sigla em inglês), PNBoia (Programa Nacional de Boias) e PROANTAR (Programa Antártico Brasileiro).

Destacou que o INPE lidera a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede CLIMA, instituída pelo MCTI com o objetivo de gerar e disseminar conhecimento e tecnologia para que o Brasil possa responder às demandas e desafios provocados pelas mudanças climáticas globais. O INPE

também contribui com o IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) por meio do projeto CMIP5 (*Coupled Model Intercomparison Phase 5*).

Informou ainda que o INPE combina dados de projeções climáticas com outros tipos de dados para auxiliar no planejamento de projetos e políticas públicas, citando como exemplos o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo para a gestão territorial; o desenvolvimento do conceito de cidades sustentáveis a partir do planejamento urbano: CITInova do Governo do Distrito Federal; e a análises de riscos em investimentos de infraestrutura do Projeto GIZ/MMA.

O INPE realiza estudos de mudança climática em termos de impactos, vulnerabilidade e adaptação (IVA), dentre os quais destacou: projeções climáticas (precipitação, temperatura, dias consecutivos secos); mapas de potencial eólico em 2100; cenários de desmatamento até 2010; cenários hidrológicos para as principais bacias hidrográficas do país; análises de extremos climáticos (frequência de secas no Semiárido do NE); e impacto do desmatamento no ciclo hidrológico e risco de fogo na Amazônia.

Reafirmando a importância da entidade para a sociedade brasileira, o convidado ressaltou que os modelos numéricos desenvolvidos no INPE são essenciais nos estudos de fenômenos extremos e projeções de mudanças climáticas. Todo o conhecimento científico sobre o sistema terrestre se traduz em informações para formulação de políticas públicas e apoio nas negociações internacionais sobre as mudanças climáticas globais.

3.4 A regularização fundiária como instrumento para mitigar a tensão social no campo e incentivar a produção em bases sustentáveis

Local: Senado Federal, Brasília

Data: 9 de outubro de 2019

Convidados:

- **Sr. Nabhan Garcia**, Secretário Nacional de Regularização Fundiária
- **Sr. Mauro Benedito de Santana Filho**, Secretário-Adjunto da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU)

O Sr. Mauro Benedito de Santana Filho iniciou sua apresentação esclarecendo que a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União trata especificamente das regularizações fundiárias em área urbana, conforme disposto na Lei nº 13.465/2017.

Argumentou que a destinação da terra no Brasil quase sempre teve os objetivos exploratório e econômico, deixando o legado de ocupações irregulares no entorno das áreas produtivas e, conseqüentemente, gerando a urbanização desordenada.

Explicou também que a fundiária é um problema histórico, que teria começado em 1500 com a instituição das sesmarias, pois a legislação aplicada por Portugal não foi capaz de regradar o uso do solo brasileiro em face de sua dimensão e peculiaridade. O problema permanece nos dias atuais, pois cerca de metade dos domicílios urbanos no País não tem escritura. A informalidade dos imóveis atingiria desde os imóveis das favelas até condomínios de luxo.

Conforme definido pela Lei nº 13.465/2017, a regularização fundiária é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que

visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O palestrante destacou os diversos efeitos positivos esperados como resultado da regularização fundiária, transcritos a seguir:

- Diversos estudos indicam que os investimentos público e privado na regularização fundiária, no reordenamento urbano e territorial podem causar um efeito significativo sobre os níveis do PIB e Crescimento;
- A cada U\$1,00 aplicado na regularização fundiária, tem-se um retorno esperado de investimento de U\$3,00 a U\$9,00;
- A regularização fundiária possibilita a presença do estado e, conseqüentemente, tem-se ação direta e positiva nos níveis da saúde, da segurança, da educação, da inclusão social, etc;
- A regularização fundiária e o reordenamento urbano e territorial possibilitam melhor gestão e governança dos bens imóveis e da infraestrutura;
- A regularização fundiária possibilita o acesso as linhas de créditos, fomentando a economia local;
- A regularização fundiária possibilita a arrecadação de bilhões em tributos (IPTU, ITBI e IR), viabilizando investimentos da união, estados e municípios em ações prioritárias à população;
- A regularização fundiária e o reordenamento urbano e territorial evitam o crescimento desordenado, diminuem os estresses social e habitacional, incentivam a produção em bases sustentáveis e minimizam o prejuízo econômico da sonegação fiscal;

- A regularização fundiária e o reordenamento urbano e territorial potencializam o Fundo de Riqueza Nacional (FRN), possibilitando a injeção significativa de capital nos fundos de riqueza regional/estadual/municipal.

Apresentou também quadro comparativo, demonstrando a diferença entre a moradia com regularização fundiária e sem a regularização fundiária efetiva (Fig. 3.4.1)

A MORADIA	COM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	SEM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
EFEITOS	Propriedade estabelecida e registrada	Propriedade presumida
	Plano diretor e ordenamento habitacional	Ocupação desordenada
	Segurança jurídica e atos legais	Conflito patrimonial
	Inserção econômica e social	Fomenta à grilagem e a clandestinidade
	Inclusão social e moradia inclusiva	Marginalização social e ilegalidade
	Presença do estado	Ausência do estado

Fig. 3.4.1 Quadro comparativo

Argumentou, finalmente, que a regularização fundiária é o instrumento fundamental para incrementar a política pública do reordenamento urbano e territorial, estabelecendo os princípios basilares para que sejam evitadas as tensões sociais advindas da posse irregular da terra, e, paralelamente, ser a indutora da produção e do consumo em bases sustentáveis.

O Sr. **Nabhan Garcia** mencionou o grande atraso do Brasil na titulação de terras, argumentando que todos os problemas que o Brasil enfrenta, inclusive os ambientais, estão atrelados à insegurança jurídica, econômica e social decorrente da falta de regularização fundiária.

Destacou que 30% das terras na Amazônia Legal são devolutas (que não pertencem a particulares nem têm destinação pelo poder público), tornando-se cenários de atos ilegais como ocupações, desmatamento e garimpo.

CD199363822801

Como alternativa para a região, sugeriu um programa de colonização agrária semelhante ao promovido na década de 1970, com ampla política de regularização fundiária de terras, incluindo áreas da Amazônia Legal.

Esclareceu que tal proposta será encaminhada por meio de Medida Provisória ao Congresso Nacional. A minuta, em fase de conclusão, estaria sendo elaborada em parceria com o Ministério da Economia, a Casa Civil, o Ministério da Agricultura, a Secretaria de Governo e a Advocacia Geral da União (AGU).

3.5 Instrumentos fiscais e creditícios para uso sustentável, conservação e recuperação de floresta e agropecuária sustentável

Local: Senado Federal, Brasília

Data: 16 de outubro de 2019

Convidados:

- **Sr. José Ângelo Mazzillo Junior**, Secretário Adjunto da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SPA/MAPA
- **Sr. André Guimarães**, Representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
- **Sr. Leonardo Letelier**, Coautor do estudo “Investimentos de Impacto na Amazônia”, da SITAWI Finanças Sustentáveis.

O Sr. **José Ângelo Mazzillo Junior** abriu sua apresentação destacando que o Ministério da Agricultura vem envidando esforços no desenvolvimento de instrumentos do mercado de crédito para incentivar o desenvolvimento da agricultura sustentável no nosso País.

Informou que há uma demanda muito forte por títulos que signifiquem ou proporcionem um impacto positivo no meio ambiente. Estima-se que entre US\$14 trilhões e US\$15 trilhões estaria sendo investidos a taxas negativas nos mercados internacionais, representando uma oportunidade para o agronegócio brasileiro.

Citou programas que já estão sendo desenvolvidos pelo governo como o RenovaBio e o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC). O Programa ABC, reúne uma carteira existente e em vias de contratação de cerca de R\$20 bilhões. Um projeto que, para ser apresentado e ganhar apoio do Governo, precisa seguir um protocolo muito rigoroso nesse sentido.

Defendeu que para o mercado de títulos verdes se desenvolver, o que é negociado tem que ser um título crível. Assim, fica evidenciada a necessidade de estruturas de governança bem estabelecidas. Por isso, o Ministério estaria trabalhando em parceria com credores do Sistema Financeiro nacional e agências certificadoras na construção de um projeto piloto com esse objetivo.

Finalizou sua apresentação ponderando que não há mais dúvidas acerca importância de se desenvolver o mercado e favorecer a destinação de recursos financeiros para atividades do agronegócio que tenham impacto positivo no meio ambiente. Assim, *“agora nós temos que dar passos concretos, para que as coisas, de fato, comecem a acontecer.”*

O Sr. **André Guimarães**, representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, explicou a Coalização é formada por uma rede de mais de 200 organizações, com participação de organizações do agronegócio, da sociedade civil, da academia e do setor financeiro, destinada a discutir caminhos para o bom uso da terra no nosso País. Destacou que a Coalizão tem uma crença muito clara de que é possível a gente produzir mais e conservar mais no Brasil ao mesmo tempo, e não fazer uma coisa em detrimento da outra.

Destacou a trajetória de sucesso do agronegócio brasileiro, que, em cerca de 50 anos, permitiu que o País deixasse de ser um importador de alimentos para tornar-se um dos principais exportadores de *commodities* agrícolas do mundo. Esse aconteceu em cima de vários pressupostos: criação de incentivos e linhas de créditos subsidiadas, alocação de infraestrutura, destinação de recursos públicos para planejamento estratégico desse desenvolvimento e também a ocupação do Cerrado e da Mata Atlântica.

Para o pesquisador, esse pressuposto de abrir novas fronteiras não se sustenta mais. Não é possível continuar desenvolvendo a nossa agricultura e o nosso potencial agropecuário abrindo mais frentes de floresta. Argumentou que estamos diante de uma oportunidade de redesenhar esse processo dos incentivos públicos para entrar em uma nova fase, de contínuo crescimento da agropecuária brasileira, mas em parte ou integralmente lastreada pelos ativos ambientais que temos no País.

Como sugestão de solução, recomendou que o Brasil abra as portas para a cooperação internacional visando a conservação das florestas. Também abordou a necessidade de discussão de uma reforma tributária que favoreça a manutenção desses ativos ambientais.

Finalmente, sugeriu um redirecionamento dos mecanismos já existentes, por exemplo, o Plano Safra, o Plano ABC, o nosso Sistema de Extensão Rural e tantos outros mecanismos públicos, para colocá-los na direção do “esverdeamento” da nossa produção e garantir o próximo “salto” de sucesso da agricultura brasileira.

O Sr. **Leonardo Letelier** explicou sobre a missão da Sitawi, que é uma organização social de interesse público que atua desenvolvimento de soluções financeiras para impacto social e na análise da performance socioambiental de empresas e instituições financeiras.

O convidado fez breve explanação sobre os tipos de capital e sua diferenciação quanto a aspectos como risco-retorno, volume e estágios de maturidade das organizações. Esclareceu sobre a definição de investimento de impacto, que seria um investimento que objetiva gerar um efeito positivo ambiental e social, mas que visa retorno, ou seja, é diferente de uma doação.

Apresentou os resultados do estudo “Investimentos de Impacto na Amazônia”, do qual é coautor. O objetivo do trabalho foi traçar uma imagem da região, identificando mecanismos de investimento, tipos de empreendimento, cadeias de valor, obstáculos e oportunidades ao investimento na área.

Entre as prioridades para quem planeja investir na Amazônia, Letelier citou aumentar a renda sem desmatar; reduzir o desmatamento; melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região; coibir a venda de madeira ilegal; e valorizar os ativos florestais. Em relação aos obstáculos que impedem os investimentos, ele citou a logística deficiente, a baixa capacitação profissional, as questões fundiárias, o perfil do investidor e a burocracia estatal.

As principais conclusões do estudo incluem a identificação de desafios, como o baixo nível de investimento de impacto na região, a falta de crédito para investimentos de risco, as limitações no apoio governamental e, especialmente, a ineficiência do ecossistema de apoio presente atualmente na região, promover uma economia sustentável.

Do lado positivo, a presença de um grande número de atores (organizações da sociedade civil, doadores, financiadores e governo – particularmente o governo federal brasileiro) se constitui em uma base sólida para desenvolver o ecossistema de investimento de impacto na Amazônia brasileira. Além disso, algumas cadeias de valor da Amazônia têm alto valor potencial, com mercados internacionais que ou já estão estabelecidos ou estão crescendo rapidamente.

As próximas etapas para o enfretoamento da questão incluiriam: o recrutamento de novos atores financeiros para o ecossistema de impacto da

Amazônia; a presença de empresas de serviços e em soluções inovadoras para os problemas de logística, comunicações, energia e suporte administrativo; e o desenvolvimento de elos mais fortes entre os programas da cooperação internacional e o ecossistema local de investimento de impacto, propondo novos papéis para o capital filantrópico na mitigação de risco, capital semente e/ou incubação de negócios de impacto.

3.6 Mercados de Carbono: o Livro de Regras, a proposta brasileira para REDD+ e Mecanismos de Desenvolvimento Sustentável (MDS) e o Fundo Amazônia

Local: Senado Federal, Brasília

Data: 23 de outubro de 2019

Convidados:

- **Sra. Ana Luiza Champloni**, Representante do Ministério da Economia
- **Ministro Leonardo Cleaver de Athayde**, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores

O Ministro **Leonardo Cleaver de Athayde**, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, explicou o papel do mercado de carbono como instrumento econômico para auxiliar países e empresas a cumprir metas de redução de emissão de gases do efeito estufa, permitindo inclusive negociar seus resultados de mitigação de emissões.

Esclareceu que alguns setores industriais, por natureza, tendem a ser mais poluentes do que outros. Tendo determinada meta de mitigação, é possível dar a esses setores a possibilidade de adquirir o excedente de mitigação de outros setores que tenham tido mais facilidade de cumprir suas metas.

O convidado destacou o protagonismo do Brasil no estabelecimento do mercado de carbono, ainda no âmbito do Protocolo de Quioto, e sublinhou a previsão, pelo Acordo de Paris, de implementação de mecanismos de mercado para cumprimento dos compromissos ambientais. Ressalvou que a negociação sobre esse item ainda está em andamento, podendo ser concluída até o fim deste ano, mediante a implementação de uma “contabilidade robusta” que evite dupla contagem de emissões de carbono.

No que concerne ao Redd+, esclareceu que o instrumento é distinto dos mecanismos de mercado regulado de comércio de créditos de carbono, ao prever pagamento proporcional aos resultados de modo a incentivar países em desenvolvimento a preservar suas florestas.

Os países que conseguirem reduzir seus índices de desmatamento, de acordo com o Redd+, poderão apresentar seus resultados à Convenção do Clima e farão jus a compensação financeira. De acordo com Athayde, o pagamento de incentivos do Redd+ pode ser feito também por empresas, sem exigência de contrapartida, num mecanismo de incentivos paralelo ao mercado regulado de comércio de créditos de carbono.

A Sra. **Ana Luiza Champloni**, representante do da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, ressaltou a importância do Brasil na redução do efeito estufa na condição de país que mais reduziu emissões de carbono graças ao combate ao desmatamento e às queimadas.

Ressalvou que o Brasil ainda enfrenta grandes desafios diante do Acordo de Paris, incluindo a implantação do Código Florestal, o aumento de uso de energia de fontes renováveis, mudanças no perfil do transporte e alterações nas técnicas agropecuárias.

A palestrante citou os avanços na precificação de carbono no mundo, mas considera que ainda é preciso definir melhor esse mecanismo no Brasil. O objetivo é fazer com que os agentes que tenham custo menor de mitigação sejam responsáveis pela maior parte do esforço, reduzindo o custo geral do esforço — afirmou, ressaltando a participação do Ministério da Economia no *Projeto Partnership for Market Readiness* com o Banco Mundial para subsidiar a tomada de decisões do País na precificação de carbono.

4.3 Desafios e perspectivas de implementação das indicações da NDC sobre energia: biocombustíveis e matriz de energia elétrica.

Local: Senado Federal, Brasília

Data: 30 de outubro de 2019

Convidados:

- **Luis Fernando Badanhan**, Coordenador-Geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético do MME
- **Rodrigo Lopes Sauaia**, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR)
- **Ludmilla Cabral**, Gerente de Relações Governamentais da União da Indústria de Cana-deAçúcar (UNICA)
- **Henry Joseph Junior**, Diretor Técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)
- **Roberto Kishinami**, Coordenador Sênior do Portfólio de Energia do Instituto Clima e Sociedade

O Sr. **Luís Fernando Badanhan**, representante do Ministério de Minas e Energia, esclareceu que o país projeta para 2027 uma queda no uso dos derivados de petróleo e o aumento das fontes renováveis na matriz energética, com o uso de energia solar e eólica, biogás, gás industrial e os derivados da cana-de-açúcar, as quais atingirão quase 20% da matriz.

Explicou que em termos de combustíveis fósseis, temos no Brasil hoje 55,4%, que cairia para 50,6% em 2027: “A gente tem uma posição favorável na questão energética em relação ao mundo. O Brasil tem hoje 43% de renováveis”. Na matriz elétrica os números são melhores. Do ponto de vista de renováveis, destaque para a eólica, que subiria para 11,7% da matriz, em 2027, queda do óleo e carvão, e aumento da energia solar em 3,4%.

A Sra. **Ludmilla Cabral**, representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), afirmou que a matriz energética do Brasil é um exemplo para o mundo de energia renovável. Segundo ela, o aumento de combustíveis renováveis na matriz torna-se fundamental para a consecução das metas do Acordo de Paris, com a expansão da bioeletricidade e o aumento do volume de etanol nos carros.

Nossa matriz é renovável e tem a perspectiva de se tornar cada vez mais. O ciclo de vida do etanol consegue reduzir em até 90% as emissões de gases de estufa, absorvidos pela plantação, em comparação aos combustíveis fósseis. Desde 2015, quando o Acordo de Paris foi celebrado, até agosto deste ano reduzimos 240 milhões de toneladas de dióxido de carbono pelo uso do etanol como biocombustível. A colheita mecanizada no Centro-sul, que extingue a queima da cana, também contribuiu, além da bioeletricidade fornecida pelo setor à rede.

O Sr. **Henry Joseph Júnior**, representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), explicou que a indústria automobilística já trabalha em linha com as tecnologias a serem adotadas em 2025. Em sua avaliação, um dos caminhos para o alcance das metas apresentadas pelo Brasil seria a eletrificação em médio e longo prazo.

Argumentou que pensar na renovação da frota e na mudança do veículo que temos no mercado brasileiro é uma opção de maior custo, devido à introdução de um novo modelo de motorização e alteração em toda a cadeia produtiva. Temos a questão das baterias, ainda razoavelmente complicada.

A tecnologia teria que ser importada, não temos esse conhecimento estabelecido no mercado, e tem a questão da infraestrutura a ser criada. O Brasil não é um país fácil do ponto de vista do estabelecimento de infraestrutura. E há o desafio ambiental com o descarte das baterias – afirmou.

Outro caminho apontado pelo convidado seria a intensificação do uso dos biocombustíveis, sobretudo o etanol e o biodiesel. Em curto prazo, seria a opção de menor custo, com infraestrutura já estabelecida, temos o domínio da fabricação do veículo híbrido flex, e utilizaríamos as potencialidades do país.

O Sr. **Roberto Kishinami**, do Instituto Clima e Sociedade, apontou a falta de políticas energéticas associadas a questões sociais, principalmente no que se refere à energia hidrelétrica.

Destacou que a oferta de energia renovável é colocada como alguma coisa antagônica em relação a populações diversas. O aparecimento do petróleo no Brasil é tardio, quando o mundo já discute a sua substituição. Gastamos cada vez mais energia para produzir o mesmo dólar. Em todos os países concorrentes esse número tem caído.

Kishinami destacou que todos os países do mundo fazem um “esforço brutal” para produzir mais com menos energia, ao contrário do Brasil, que tem apresentado trajetória inversa.

Lamentou ainda que os equipamentos que temos para uso doméstico, se comparados ao que existe em lugares avançados, são muito piores, gastam mais energia para produzir o mesmo resultado. Isso tem a ver com proteção a equipamentos ruins que causam prejuízos ao país inteiro.

Por sua vez, o representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Sr. **Rodrigo Lopes Sauaia** ressaltou que energia fotovoltaica tem avançado exponencialmente, e que 93% dos brasileiros querem gerar energia limpa e renovável em suas empresas e domicílios.

Afirmou que a tecnologia está acelerando sua implantação no mundo graças à redução do preço da energia solar fotovoltaica, que agora se torna acessível à sociedade. Apesar disso, o Brasil não é uma liderança solar, está atrasado no uso da tecnologia, no vigésimo primeiro lugar no ranking. Ainda

estamos começando em relação a países que não têm recurso solar, como Japão e Reino Unido.

O convidado ressaltou, ainda, que a geração distribuída de energia no Brasil ainda não conta com um marco legal, o que traria segurança jurídica para o mercado, o consumidor e o investidor.

3.8 Novo Modelo de Desenvolvimento para a Amazônia

Local: Senado Federal, Brasília

Data: 6 de novembro de 2019

Convidados:

- **Érika de Almeida Leite**, Chefe do Escritório da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
- **Mário Augusto de Campos Cardoso**, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- **Ismael Nobre**, Diretor Científico do Projeto Amazônia 4.0

A Sra. **Érika de Almeida Leite**, chefe do escritório da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), fez uma apresentação sobre a atuação do órgão, apontando a integração competitiva da região como um dos pilares da política de desenvolvimento regional.

Assim, segundo Érika, a Sudam trabalha com foco na qualidade de vida da população e na geração de renda. Para ela, quando o assunto é desenvolvimento na Amazônia, é preciso levar em conta a produção sustentável e a importância dos povos tradicionais.

Destacou que a região Amazônia é rica em patrimônio biológico. “*A gente não pode deixar de lado essa biodiversidade, que é única no mundo. Sua biodiversidade é seu maior potencial.*”

Para o especialista em políticas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso**, é importante destacar a riqueza hídrica e a diversidade da fauna e da flora da região. O grande desafio,

ponderou, é transformar esses recursos em benefícios para a população. Ele lembrou que a região sofre com baixos índices de saneamento básico e de infraestrutura.

O convidado admitiu que não existem soluções simples para o desenvolvimento amazônico e reconheceu problemas estruturais, até pelas longas distâncias na região. Também cobrou mais combate à ilegalidade e cobrou foco na regularização fundiária e no cadastro rural, como bases importantes para os negócios, pois é difícil fazer negócio sem documentos. Cardoso ainda sugeriu regras claras na destinação de terras públicas, para projetos que gerem renda e emprego.

Como soluções para o problema, destacou a importância de trabalhar com a desburocratização, pois já há muita dificuldade naquela região. Também destacou a necessidade de segurança jurídica para o estabelecimento de um bom ambiente de negócios.

O Sr. **Ismael Nobre**, Diretor Científico do Projeto Amazônia 4.0, Ismael Nobre alertou que a Amazônia pode estar perto de um ponto de inflexão se o desmatamento exceder 20% - 25% da floresta”. Se excedido, grande parte da floresta desaparecerá de forma irreversível.

Destacou que o isolamento e a pouca infraestrutura da região são considerados empecilhos para o desenvolvimento na região.

Para o pesquisador, é preciso fazer intensa agregação de valor a partir de recursos tecnológicos e redes sociais. Ele ainda destacou que as novas gerações têm mais consciência ambiental e estão interessadas em produção sustentável e produtos naturais.

3.9 Audiência pública preparatória para a COP-25: propostas brasileiras para a regulamentação do Acordo de Paris e o papel do Parlamento

Local: Senado Federal, Brasília

Data: 20 de novembro de 2019

Convidados:

- **Marco Tulio Scarpelli Cabral**, Chefe da Divisão de Meio Ambiente II do Ministério das Relações Exteriores Representante do Ministério do Meio Ambiente
- **Elvison Nunes**, Coordenador-Geral De Mudanças Climáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- **Diego Araya**, Segundo Secretário da Embaixada do Chile no Brasil
- **Marta Olkowska**, Encarregada de Negócios da Embaixada da Polônia no Brasil
- **Cláudio Ângelo**, Coordenador de Comunicação do Observatório do Clima
- **Sarney Filho**, Ex-Ministro do Meio Ambiente e Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal

O Sr. **Sarney Filho**, ex-ministro do Meio Ambiente e atual secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, afirmou que o governo Jair Bolsonaro facilita o desmatamento e vai contra a sustentabilidade e a economia verde.

Como exemplo, citou o Decreto 10.084, de 2019, que revogou o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e a determinação para que o Conselho Monetário Nacional fixe normas para o financiamento ao setor sucroalcooleiro. Alertou, que, na prática, essa revogação significa uma permissão

implícita ao desmatamento da Amazônia e do Pantanal. É uma temeridade que vai se refletir nos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris.

No Brasil, ressaltou Sarney Filho, o principal emissor de gases do efeito estufa é o desmatamento, não só na Amazônia, mas em outros biomas, o que requer a implementação de uma agricultura de baixo carbono.

Destacou ainda que o desmatamento na Amazônia tem relação direta com o aumento das emissões. Vivemos desastres ambientais intensos, com secas em períodos normalmente chuvosos, desmoronamentos, inundações súbitas e violentas que estão levando ao comprometimento da segurança hídrica do país, com a redução de água usada na irrigação, na produção de energia e no consumo humano.

O ex-ministro do Meio Ambiente também defendeu a demarcação de terras indígenas, ações que ele considerou “importantíssimas numa estratégia de baixo carbono, pois os índios são os maiores guardiões das florestas”.

Finalmente, cobrou “vigilância parlamentar” e disse que medidas destinadas a prevenir ou mitigar as mudanças climáticas devem estar entre as mais urgentes da pauta legislativa, incluindo o pagamento por serviços ambientais, o aumento do estoque de carbono florestal e um maior uso de fontes alternativas de energia, a exemplo da eólica e da solar.

A Sra. **Marta Olkowska**, encarregada de Negócios da embaixada da Polônia no Brasil, disse que as políticas ecológicas devem ser bem implantadas “na casa das pessoas, e não só nos documentos e tratados internacionais”, e defendeu a oferta de financiamento público para a instalação de painéis solares residenciais.

Segundo Marta, “um simples documento como o Acordo de Paris” não será capaz de salvar o mundo se não houver o engajamento de todos os

países. Ela defendeu uma aliança global e afirmou que os Parlamentos precisam se esforçar para criar políticas que consigam conjugar o interesse do agronegócio e da mineração com o “bem-estar do planeta”.

Por sua vez, o Sr. **Diego Araya**, secretário da embaixada do Chile no Brasil, ressaltou que as mudanças climáticas “são um fato real, palpável, com evidência científica, e não uma coisa de ideologia”.

O Chile, afirmou, é responsável por 0,25% da emissão dos gases do efeito estufa, mas está entre os dez países mais afetados pelas alterações do clima, que vêm provocando maior seca, diminuição da estação das chuvas, redução das safras, perdas na agropecuária e retrocesso das geleiras.

Destacou, ainda, que a resposta às mudanças climáticas tem que ser coletiva e com todos os setores envolvidos. E a COP-25 é crucial, tendo em vista a entrada em vigor do Acordo de Paris em 2020.

O Sr. **Cláudio Ângelo**, coordenador de Comunicação da rede de ONGs Observatório do Clima, declarou que há um “abandono deliberado” das políticas ambientais, o que vem gerando a perda de confiança no Brasil em âmbito internacional. Ele criticou a ação de autoridades do setor que, contraditoriamente, não reconhecem a existência das mudanças climáticas:

Segundo o convidado, tal fato é preocupante para um país que, até recentemente, era conhecido pela postura extremamente avançada na área de clima, apesar dos nossos problemas.

O coordenador-geral de Mudanças Climáticas do Ministério da Agricultura, Sr. **Elvison Nunes**, informou que 53% dos municípios brasileiros já praticam agricultura de baixo carbono e acrescentou que o país investiu mais de R\$ 19 bilhões desde 2010 na adoção de novas tecnologias para a redução das emissões. Como desafio na área de meio ambiente, Nunes apontou a recuperação de pastagens degradadas.

O Sr. **Marco Tulio Scarpelli Cabral**, chefe da Divisão de Meio Ambiente II do Ministério das Relações Exteriores, lembrou que se encontra pendente a regulamentação do artigo do Acordo de Paris que diz respeito ao mercado de carbono.

A principal preocupação do Brasil é que haja regras que garantam contabilidade bastante rigorosa no comércio de emissões. O acordo dá margem para interpretações. É necessário haver uma regulamentação precisa e rigorosa. Caso contrário, o risco de distorções e abusos será muito grande.

No que diz respeito às metas brasileiras de redução de emissões, Cabral disse que será necessário “um esforço nacional muito grande de ações que exigem mudança da economia como um todo”.

O Brasil assumiu perante a Organização das Nações Unidas (ONU) o compromisso de chegar a 2025 com as suas emissões de gases de efeito estufa 37% abaixo dos níveis de 2005, com a redução alcançando 43% em 2030.

4. Participação dos Parlamentares brasileiros na COP-25, em Madri

4.1 Introdução

As Conferências das Partes são encontros anuais dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), criada em 1992 após a realização da Rio-92, com o objetivo de discutir e firmar compromissos para combater o aquecimento global e seus efeitos na Terra.

Os dois mais importantes marcos do clima firmados no âmbito da Convenção-Quadro são o Protocolo de Quioto, firmado na COP-3 em 1997, e o Acordo de Paris assinado na COP-21 em 2015.

O Acordo de Paris estabelece como meta principal limitar o aumento médio da temperatura global, até 2100, em até 2°C acima dos níveis registrados antes da Revolução Industrial, além de promover esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. Para viabilizar o atingimento desses objetivos, cada nação apresentou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), que estabelece não só os percentuais de redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), mas também ações que serão adotadas para alcançar esse fim.

O desafio lançado para as COPs seguintes à COP-21 é estabelecer um “livro de regras” para os dispositivos do Acordo de Paris, regulamentando essas regras, tais como o financiamento das ações climáticas, a cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, os mecanismos de desenvolvimento sustentável, a transparência na cooperação entre as partes, os diálogos facilitativos, entre outros aspectos.

CD199363822801

4.2 Participação dos Parlamentares

A comitiva de parlamentares que participou da COP-25 foi integrada pelos Senadores Jaques Wagner e Fabiano Contarato, e pelos Deputados Edilázio Júnior, Camilo Capiberibe, Nilto Tatto e Zé Vitor.

Os parlamentares participaram de rodas de debates e de plenárias com parlamentares do Brasil e de todo o mundo, com técnicos ambientalistas e com defensores do agronegócio, sobre a situação climática do planeta e relativas ao cumprimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Dentre os temas tratados, destacou-se a importância do combate ao desmatamento a fim de recuperar a imagem do Brasil no âmbito internacional. Também foi ressaltada a importância da regularização fundiária como instrumento para facilitar a fiscalização e a punição dos responsáveis pelos crimes ambientais.

4.3 Resultados da COP-25

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas aconteceu em Madrid, na Espanha, entre os dias 02 e 13 de dezembro. Participaram líderes mundiais e representantes de mais de 200 países para discutirem o aumento do clima no planeta, apontarem soluções para o aquecimento global e proporem ações mais ambiciosas para o Acordo de Paris – cujas metas aprovadas em dezembro de 2015 se mostraram insuficientes para limitar o aumento da temperatura global em 1,5 °C acima do período pré-industrial.

Um dos temas centrais nas discussões da COP25, inclusive na participação da comitiva brasileira, foi o Mercado de Carbono. Essa controversa

proposta, nascida em 1997 com a assinatura do Protocolo de Kyoto, determina uma cota máxima de gases de efeito estufa que as nações podem emitir, contudo, possibilita a negociação de cotas, em que os países, sobretudo os em desenvolvimento, que não conseguem atingir as metas possam comprar créditos de carbono daqueles que reduziram suas emissões.

As discussões sobre o Mercado de Carbono, bem como as de medidas práticas de combate ao aquecimento global, encontraram dificuldades para se chegar a um consenso entre todos os países participantes e podem se estender pelo fim de semana ou até mesmo ter suas resoluções adiadas para a edição seguinte da Conferência, no próximo ano.

Um dos empecilhos para se firmar um acordo para o Mercado de Carbono envolve, inclusive, o Brasil. Vários cálculos estão sendo desenhados para concretizar a comercialização dos créditos de carbono, mas alguns países, principalmente europeus, não querem aceitar propostas como a defendida pelo Brasil, nas quais um país seria categorizado, ao mesmo tempo, como uma nação vendedora e compradora desses créditos.

Contudo, alguns acordos já foram definidos, como o realizado pelos países da União Europeia para limitar suas emissões de gases de efeito estufa. O acordo regional, denominado “Pacto Verde”, visa orientar as nações pertencentes ao bloco a não emitir mais gases que sua própria capacidade de absorvê-los, estando passíveis de taxações caso não sigam essa meta. Será criada, até o próximo ano, uma unidade de fiscalização.

Outro ponto levantado nas discussões da conferência foi sobre a ajuda de países ricos na redução da emissão de gases de efeito estufa e na proteção de ecossistemas de países pobres e em desenvolvimento, sobretudo as florestas – as maiores captoras de carbono da atmosfera. Além disso, é cobrado um amparo de países ricos também aos países pobres, que mais acabam sentindo os efeitos do aquecimento global.

Apesar de apoiada pelos economistas, a proposta de se obter ajuda financeira dos países desenvolvidos para auxiliar os mais pobres a se

adaptarem às metas globais de desenvolvimento sustentável, incluindo a redução das emissões de carbono, é necessário que a negociação do financiamento seja transparente e não prejudique a integridade ambiental.

4.4 Fotos da Comitiva de Parlamentares na COP-25



Foto 4.1 Relator da CMMC, Deputado Edilázio Júnior, durante evento da COP-25

CD199363822801



Foto 4.2 Comitativa de Parlamentares e autoridades do Poder Executivo em evento realizado na Embaixada Brasileira: “Etanol: uma solução para a mobilidade sustentável”.



CD199363822801

4.3 Parlamentares participando de debate de avaliação sobre o Acordo de Paris e a NDC brasileira no Brazilian Action Hub

5. Proposições em tramitação que alteram a Política Nacional de Mudanças do Clima (Lei nº 12.187/2009)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSIÇÃO nº	AUTOR(ES)	EMENTA
3280/2015	Nilton Tatto e Leonardo Monteiro	Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional de Mudança do Clima, e dá outras providências.
3308/2015	Sarney Filho	Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional de Mudança do Clima, para acrescentar as metas brasileiras de redução de emissões para os períodos posteriores a 2020, e dá outras providências.
6293/2016	Nilto Tatto	Modifica a Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e a Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, incluindo o setor de aviação civil no âmbito da Política Nacional de Mudanças do Clima e dá outras providencias
7888/2017	Carlos Henrique Gaguim	Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.

SENADO FEDERAL

PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA
712/2015	Cristovam Buarque	Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética para o ano de 2040.
750/2015	Jorge Viana	Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para adotar como compromisso nacional voluntário adicional ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.

CD199363822801

5028/2019	Rubens Bueno	Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências.
------------------	--------------	---

Anexo – Indicação ao Poder Judiciário

INDICAÇÃO Nº 1.328, DE 2019

(Do Sr. EDILÁZIO JÚNIOR)

Sugere a realização de mutirão para julgamento das ações civis públicas instauradas contra os responsáveis por desmatamentos ilegais nos biomas brasileiros.

Excelentíssimo Senhor Ministro Dias Toffoli,

A atenção do Brasil e do mundo encontra-se voltada para a Amazônia, que sofre com queimadas ligadas à exploração irregular da terra. O número de focos de incêndio é o maior registrado desde 2010, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Dentre as principais iniciativas de combate ao desmatamento ilegal na Floresta Amazônica brasileira, destaca-se o projeto Amazônia Protege, idealizado pelo Ministério Público Federal (MPF), que já resultou na instauração de mais de 2.500 ações civis públicas.

Conforme evidenciado em cruzamento de dados realizados pelos peritos da Procuradoria-Geral da República, foram detectados focos de incêndio, em, pelo menos, um terço (816) das áreas desmatadas nos anos anteriores, objeto de ações impetradas pelo MPF.

A ocorrência de queimadas nessas áreas indica um processo de retirada da vegetação nativa para expansão e uso das áreas já abertas, e evidencia a extrema urgência no enfrentamento do problema pelo Poder Público.

O desmatamento ilegal continua a desempenhar papel decisivo na devastação que atinge os demais biomas brasileiros, a exemplo do cerrado, que já perdeu quase metade de sua área original. Conforme dados do MapBiomas, dos 802 alertas de desmatamentos emitidos no primeiro trimestre de 2019 para o cerrado, havia autorização para o corte em apenas 13 áreas.

Por todo o exposto, dada a gravidade e a urgência que a situação requer, pedimos o apoio de Vossa Excelência para a criação de mutirão para julgamento, nas instâncias estaduais e federais, das ações civis públicas instauradas pelo Ministério Público contra os responsáveis por desmatamentos ilegais nos biomas brasileiros.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 2019.

Deputado EDILÁZIO JÚNIOR

CD199363822801



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Gabinete Conselheira Maria Tereza Uille Gomes

Ofício nº 461/GAB

Brasília, 16 de dezembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
EDILÁZIO JÚNIOR
Deputado Federal
Câmara dos Deputados

Senhor Deputado,

Ao cumprimentá-lo, informo a Vossa Excelência que a Indicação nº 1.328/2019, que sugere a realização de mutirão para julgamento das ações civis públicas instauradas contra os responsáveis por desmatamentos ilegais nos biomas brasileiros, enviada através do Ofício 1ºSec/II/E/nº786/19, foi encaminhada para ser incluída na pauta do *Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão*, criado pela Portaria Conjunta nº 1/2019, entre este Conselho e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Para subsidiar a análise, solicitei ao CNMP o levantamento de todas as ações civis públicas em tramitação que versam sobre a matéria em apreço.

Aproveito para renovar os protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


MARIA TEREZA UILLE GOMES
Conselheira

CD199363822801

Anexo – Aprovação de emendas orçamentárias pela Comissão, em reunião deliberativa do dia 16 de outubro

2ª PARTE

Deliberativa

Finalidade:

Deliberação sobre as emendas da Comissão ao PLN nº 22/2019 (PLOA 2020)

Anexos do Resultado

[Parecer da Comissão](#)

Resultado: Aprovada a apresentação de 4 (quatro) emendas de apropriação da Comissão ao Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

- a) programação “PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NAS ÁREAS FEDERAIS PRIORITÁRIAS – NACIONAL”, no INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, sequencial 000002202, no valor de R\$ 100.000.000,00, atendendo aos objetos das emendas 21, 22, 23 e 34;
- b) programação “FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MAR, OCEANOS E CLIMA – NACIONAL”, no MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA, sequencial 000000978, no valor de R\$ 100.150.560,00, atendendo ao objeto da emenda 8;
- c) programação “REFORMA AGRÁRIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - NA AMAZÔNIA LEGAL”, no INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, sequencial 000000904, no valor de R\$ 200.000.000,00, atendendo ao objeto da emenda 32; e

Endereço na Internet: <http://www.senado.leg.br/atividade/comissoes/default.asp?origem=SF>
Informações: Secretaria-Geral da Mesa - Secretaria de Comissões

Documento gerado em 16/10/2019 às 16:21.

Resultado da 7ª Reunião da CMMC, em 16 de Outubro de 2019

3

- d) programação “PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES METEOROLÓGICAS E CLIMATOLÓGICAS – NACIONAL”, no MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA, sequencial 000000854, no valor de R\$ 50.000.000,00, atendendo ao objeto da emenda 38.

CD199363822801

CD199363822801